

Menos embaraço, mais eficiência

Capitaneado por Guilherme Afif Domingos, governo de São Paulo põe em prática um abrangente programa de desburocratização e planeja reduzir de 150 para 15 dias o tempo de abertura de uma empresa Por Marta Barbosa



FOTOS: BIÓ BARREIRA

O Brasil é o vice-campeão mundial de embaraço quando o assunto é abertura de empresas, diz um estudo do Banco Mundial. Só não é pior que o Haiti, último no ranking. O trâmite burocrático no país exige paciência – atualmente, um negócio não sai do papel em menos de 150 dias, isso nas cidades paulistas. A boa notícia é que esse cenário está bem perto de mudar. Pelo menos assim espera **Guilherme Afif Domingos**, secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. Ele está à frente de um dos mais ambiciosos programas de desburocratização já executados no país, que começa pela sua secretaria e abrange todas as esferas políticas do Estado. Entre as metas estão a redução do tempo de abertura de empresa para 15 dias e a formalização dos chamados microempreendedores individuais, aqueles pequenos comerciantes ou microprodutores que mesmo relegados à margem da economia exibem faturamento anual de R\$ 36 mil.

A burocracia e a falta de eficiência no gasto público são dois dos temas do Projeto ETCO 2007 que devem nortear nossa discussão sobre a ética concorrencial no Brasil neste ano. Por isso, fomos conferir o que está sendo feito no âmbito do governo do Estado para combater a burocracia.

ETCO – No lançamento do Programa Estadual de Desburocratização (PED), o governador José Serra falou do quanto é inovador enfrentar a questão da burocracia a partir da atuação da Secretaria do Emprego e Trabalho. Como surgiu a decisão de estruturar o programa a partir da sua secretaria?

Afif – Muitas tentativas de processos de desburocratização, em várias esferas de governo, sempre foram motivadas e encaminhadas da perspectiva da redução da regulação excessiva, a chamada burocracia ineficaz. Os ganhos de um processo de desburocratização encaminhado dessa forma sempre são contabilizados no campo próprio da burocracia, ou seja, na simplificação de formulá-

rios, na redução de documentos ou mesmo na redução de etapas de procedimentos que compõem diversos serviços públicos. Desta vez, os ganhos para a sociedade serão contabilizados naquilo que realmente interessa a ela. Queremos saber se as medidas de desburocratização contribuíram para o aumento da oferta de empregos nas micro e pequenas empresas, se contribuíram para a redução da chamada economia informal, se contribuíram para o aumento do tempo médio de sobrevivência das pequenas empresas. É nesse sentido que o governador José Serra inovou na visão do Programa Estadual de Desburocratização e, portanto, confiou sua condução ao secretário do Emprego e Relações do Trabalho.

ETCO – A meta de reduzir o tempo de abertura de uma empresa dos atuais 150 dias para duas semanas parece bastante ousada. Em quanto tempo o senhor acredita que isso será possível?

Afif – A redução do tempo para abrir uma empresa é a proposta de apenas um dos projetos do PED. Como projeto prioritário para o governador José Serra, foi determinado um prazo para que todos os órgãos estaduais envolvidos no processo de abertura de empresas estejam integrados, inclusive aos municípios que fazem parte dos projetos-piloto e outros órgãos federais, para que esse resultado seja possível. Esse prazo é março de 2008. Mas é preciso fazer um destaque fundamental: nossa prioridade é que na primeira fase do projeto haja a redução do prazo de abertura para as micro e pequenas empresas, que representam 95% das empresas abertas. As companhias maiores e, portanto, mais complexas sob todos os aspectos, inclusive em relação ao impacto ambiental, devem ser alvo de redução do prazo de abertura na segunda fase de implantação do projeto. Todas as secretarias e prefeituras estão trabalhando para finalmente conseguirmos uma redução significativa do prazo de abertura de empresas, em função da integração

dos diversos órgãos e da racionalização das respectivas exigências, sem falar no uso da informática como instrumento de aceleração desse processo.

ETCO – Seguiu-se algum modelo, de outro Estado ou país, na elaboração do PED?

Afif – Não. Apesar de o governador José Serra ter criado um programa semelhante enquanto permaneceu como prefeito de São Paulo, o PED tem metas, estrutura de coordenação e organização bem diferentes, até em função do nível de integração que ele precisa alcançar. Temos um site especialmente criado para acompanhar a evolução do PED (www.desatarono.sp.gov.br), além de

“Nossa prioridade é que na primeira fase do projeto haja a redução do prazo de abertura para as micro e pequenas empresas, que representam 95% das empresas abertas”

representar um canal direto com a população para que possamos captar onde a burocracia atrapalha mais. Aliás, pudemos captar nitidamente pelo Burocasos, nome que demos a esse canal direto com a população, que os grandes entraves burocráticos atingem dramaticamente os bem pequenos, os menores que microempresas. São os chamados microempreendedores individuais, que ganham, por meio de atividades que podemos chamar de auto-emprego, até R\$ 36 mil por ano. Esse subgrupo das microempresas representa, só no Estado de São Paulo, cerca de 2,5 milhões de pessoas, hoje relegadas à total informalidade, que no entanto estão traba-

lhando e produzindo e, assim, garantindo a relativa estabilidade social que o país precisa para continuar avançando. O governo de São Paulo não vai mais virar as costas para esses cidadãos. Queremos vê-los orgulhosos do trabalho que desempenham e do resultado que produzem para esse Estado.

ETCO – Qual o principal desafio para levar à prática medidas de desburocratização no Brasil?

Afif – O principal desafio é quebrar a inércia, não de ações, mas de visão sobre a burocracia. Ninguém quer deixar o Estado à mercê de segmentos com intenção de burlar as regras. O que queremos é que o Estado, por causa dos maus, não acabe complicando os que querem trabalhar. Isso se faz com uma inversão de lógica. O princípio de que todos são inocentes até prova em contrário deve valer também no capítulo da regulação da sociedade. Para os demais, os culpados, é colocar o poder de polícia do Estado para atuar.

“Nossa expectativa é criar mais postos de trabalho nas micro e pequenas empresas, desenvolver novas empresas de pequeno porte e ampliar a economia formal”

ETCO – O que de efetivo já foi alcançado com o programa?

Afif – O PED é estruturado basicamente em projetos. Projetos têm fases e cronogramas para chegar ao resultado final pretendido. Nesse sentido, o projeto que logo apresentará seus resultados é o que cuida da elaboração do anteprojeto de lei geral estadual das micro e pequenas empresas. Outros projetos estão em fase de definição e estrutura-

ção. Portanto, a forma principal de avaliar a evolução do PED é via execução dos projetos. Há um ganho efetivo, que é difícil mensurar, mas muito importante na condução de um programa como esse, que é tê-lo inserido na agenda de todas as secretarias e órgãos públicos estaduais e de 34 entidades da sociedade civil organizada, que compõem o Conselho Consultivo do PED. Ou seja, tanto o governo quanto a sociedade estão mobilizados, e esse é um imenso ganho do PED até aqui.

ETCO – De que dependem a simplificação dos trâmites e a redução das exigências burocráticas?

Afif – Basicamente de transparência.

ETCO – O senhor disse anteriormente que esse é um programa que nasceu de uma demanda das bases produtivas. O senhor acredita que, da forma que está formatado, o programa responde aos anseios do empresário do Estado de São Paulo?

Afif – Acho que o PED responde aos anseios das micro e pequenas empresas e dos milhões de cidadãos que querem formalizar suas atividades de auto-emprego, uma vez que não conseguem trabalho com carteira assinada e precisam, portanto, que o Estado lhes permita sobreviver com cidadania e dignidade.

ETCO – Esse é um modelo que pode ser seguido por outros estados do país?

Afif – É um modelo totalmente exportável, uma vez que parte do pressuposto da transparência e criou mecanismos específicos para possibilitar isso, como é o Burocasso e seus mecanismos de divulgação.

ETCO – O que se pode esperar como efeitos desse programa no desenvolvimento econômico do Estado?

Afif – Nossa expectativa é criar mais postos de trabalho nas micro e pequenas empresas, desenvolver novas empresas de pequeno porte e ampliar a chamada economia formal.

ETCO – Fala-se que, para o Brasil ficar entre os 30 países mais fáceis de fazer negócios, é preciso que haja uma queda de 9 pontos percentuais no tamanho do setor informal, que hoje gira em torno de 40%. O senhor acha essa uma meta possível com a implementação do PED?

Afif – Desde que as três esferas de governo acertem as propostas de desregulamentação sobre os microempreendedores individuais, da forma como estamos propondo, acho que atingiremos com folga essa meta.

ETCO – E em relação aos custos dos serviços públicos: o senhor tem alguma estimativa dessa redução e em quanto tempo ela se tornará realidade?

Afif – Os projetos decorrentes dessa linha de ação do PED são os mais complicados, porque estaremos entrando numa seara complexa e até então inexpugnável da regulamentação do Estado. Estamos em fase de definição e estruturação desses projetos, mas podemos adiantar que os critérios de seleção das idéias que deverão compor esses projetos estão focados basicamente na redução do custo desses serviços para o cidadão, diretos ou indiretos, isto é, taxas, despesas decorrentes e tempo despendido pelo cidadão comum para obtê-los. Os projetos nessa área terão de apresentar esses resultados em áreas muito conhecidas pela população em geral. Não adianta focar segmentos muito específicos da burocracia, que atingem um número pequeno de cidadãos. O “tiro” tem de atingir coisas grandes, como o custo dos registros públicos nos cartórios do Estado.

ETCO – E a questão da carga tributária, por exemplo, em alguma fase do programa ela será enfocada?

Afif – O PED é dirigido à regulamentação excessiva. A questão da carga tributária é outra coisa, pois envolve ganhos e perdas para segmentos econômicos e

esferas de poder. O PED deve atuar no jogo do “ganha-ganha”, ou seja, teremos de atuar nos nichos nos quais toda a sociedade está perdendo com a regulamentação exagerada que atrapalha e impede cidadãos e empresas de produzir mais e melhor. O problema não é só a carga tributária. Tão grande quanto ela é, há o problema da carga burocrática, que normalmente cresce quando os governos tomam medidas de redução da carga tributária. Parece até uma coisa meio rancorosa, o governo só aceita reduzir a carga tributária se castigar mais os contribuintes beneficiados.

ETCO – Um programa como esse já não podia ter sido posto em prática há mais tempo? Faltava vontade política?



Afif – Desburocratizar é essencialmente uma ação política. Alguém terá de colocar na balança o que a burocracia atual agrega de valor à sociedade e, do outro lado, o que essa mesma sociedade poderia ganhar se o Estado começasse realmente a tratar os cidadãos e as empresas como “inocentes” até provarem o contrário. Esse julgamento é político, apesar de podermos medir algumas coisas objetivas para facilitar esse julgamento. Outra coisa que faltava era a intenção de incendiar o país. O saudoso ministro Hélio Beltrão deu o primeiro grande passo. Criou as bases técnicas para discutir a questão da desburocratização. Não houve o segundo. Faltou tratar a questão da desburocratização como um fato político. E é assim que o

governador Serra está colocando essa questão para o seu governo.

ETCO – Entre as metas do programa está o aumento do tempo médio de sobrevivência das micro e pequenas empresas. Segundo dados do Sebrae, 29% das micro e pequenas empresas fecham antes de completar um ano e 56% encerram suas atividades em menos de cinco anos. Como o programa pode assegurar essa meta?

“O saudoso ministro Hélio Beltrão deu o primeiro grande passo. Criou as bases técnicas para discutir a questão da desburocratização”

Afif – Ao propor uma lei geral estadual das micro e pequenas empresas que possibilite, por exemplo, o uso do poder de compra do Estado a favor das micro e pequenas empresas, um mercado de algo em torno dos R\$ 12 bilhões. Isso pode significar não só a sobrevivência, mas principalmente o crescimento desse negócio. Portanto, com a soma das ações que serão implementadas por todos os projetos, pretendemos reverter ou melhorar esse quadro. ★

“Desburocratizar é essencialmente uma ação política”, afirma Guilherme Afif Domingos